

TERMO AUTUAÇÃO

Aos 22 dias do mês de janeiro de 2024, de conformidade com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações autuei o Processo, para a Contratação de curso com a Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para treinamento de 09 (nove) participantes, no curso cujo tema é "ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO, nos dias 23, 24, 25 e 26 de janeiro de 2024, na cidade de Belo Horizonte - MG, o qual abordará os seguintes assuntos:

ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO

Terça-Feira: 23/01/2024 - 14h às 17hs - Credenciamento e entrega de materiais.

Quarta-Feira: 24/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo I - Vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nº. 101/2000) no Último Ano de Mandato do Prefeito; Das Espécies de Vedações Da LRF; Ordenar, Autorizar ou Executar Ato que Acarrete Aumento de Despesa Total com Pessoal, nos Cento e Oitenta Dias Anteriores ao Final do Mandato ou da Legislatura - 14hs às 17hs - Consultorias Individuais. (Facultativo, mediante agendamento).

Quinta-Feira: 25/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo II - Vedações das Contratações Previstas no Art. 42 Da LRF; Condutas Vedadas pela Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) em Ano de Eleições; Quem Pode Incorrer na Prática das Condutas Vedadas Segundo a Lei Eleitoral (Lei 9.504/97); Despesas de Publicidade e Propaganda; Distribuição Gratuita de Bens, Valores ou Benefícios - 14hs às 17hs - Consultorias Individuais. (Facultativo, mediante agendamento).

Sexta-Feira: 26/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo III - Execução de Programas Sociais por Entidades Nominalmente Vinculadas a Candidato ou por Esse Mantida; Abuso de Autoridade e Violação aos Princípios da Impessoalidade e Publicidade Institucional; Contratação de Shows Artísticos para Inaugurações de Obras Custeadas por Recursos Públicos; Comparecimento de Candidatos a Inaugurações de Obras Públicas -.

Palestrante: Dr. Eder Lima Palma (Advogado, Graduado em Direito pela Unisepe, Faculdade de São Lourenço – Minas Gerais, Pós-graduado em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Pós-graduado em Direito Eleitoral com capacitação para ensino no Magistério Superior e Pós-graduado em Planejamento e orçamento Público. Coordenador Acadêmico da Emprese Gêneses Capacitação em Gestão Pública e Instituto Global

de Administração Pública. Palestrante com mais de 500 cursos ministrados na área de gestão pública.

São Miguel do Anta, aos 18 dias do mês de janeiro de 2024.

**Renata Miranda Costa
Agente de contratação**



REQUISIÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Exmo. Sr(a). Renata Miranda Costa
Agente de contratação da Câmara Municipal de São Miguel do Anta Estado de Minas Gerais.

Venho por meio deste, solicitar de Vossa Senhoria que sejam tomadas providências adequadas, para a Contratação de curso com a Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** para treinamento de 09 (nove) participantes, no curso cujo tema é "ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO, nos dias 23, 24, 25, e 26 de janeiro de 2024, na cidade de Belo Horizonte – MG, o qual abordará os seguintes assuntos:

ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO

Terça-Feira: 23/01/2024 - 14h às 17hs - Credenciamento e entrega de materiais.

Quarta-Feira: 24/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo I - Vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nº. 101/2000) no Último Ano de Mandato do Prefeito; Das Espécies de Vedações Da LRF; Ordenar, Autorizar ou Executar Ato que Acarrete Aumento de Despesa Total com Pessoal, nos Cento e Oitenta Dias Anteriores ao Final do Mandato ou da Legislatura - 14hs às 17hs - Consultorias Individuais. (Facultativo, mediante agendamento).

Quinta-Feira: 25/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo II - Vedações as Contratações Previstas no Art. 42 Da LRF; Condutas Vedadas pela Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) em Ano de Eleições; Quem Pode Incorrer na Prática das Condutas Vedadas Segundo a Lei Eleitoral (Lei 9.504/97); Despesas de Publicidade e Propaganda; Distribuição Grátis de Bens, Valores ou Benefícios - 14hs às 17hs - Consultorias Individuais. (Facultativo, mediante agendamento).

Sexta-Feira: 26/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo III - Execução de Programas Sociais por Entidades Nominalmente Vinculadas a Candidato ou por Esse Mantida; Abuso de Autoridade e Violação aos Princípios da Impessoalidade e Publicidade Institucional; Contratação de Shows Artísticos para Inaugurações de Obras

Custeadas por Recursos Públicos; Comparecimento de Candidatos a Inaugurações de Obras Públicas -.

Palestrante: Dr. Eder Lima Palma (Advogado, Graduado em Direito pela Unisepe, Faculdade de São Lourenço – Minas Gerais, Pós-graduado em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Pós-graduado em Direito Eleitoral com capacitação para ensino no Magistério Superior e Pós-graduado em Planejamento e orçamento Público. Coordenador Academico da Emprese Gêneses Capacitação em Gestão Pública e Insttituto Global de Administração Pública. Palestrante com mais de 500 cursos ministrados na área de gestão pública.

São Miguel do Anta, aos 18 dias do mês de janeiro de 2024.

Vereador(a) Luzia dos Santos Fagundes Freitas
Presidente da Comissão de Licitação





TERMOS DE REFERÊNCIA

1. Do Objeto:

Contratação de curso com a Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para treinamento de 09 (nove) participantes, no curso cujo tema é "ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO, nos dias 23, 24, 25, e 26 de janeiro de 2024, na cidade de Belo Horizonte – MG.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. Necessidade de capacitação e atualização de conhecimentos para exercício de suas funções. A capacitação de servidores e vereadores para a gestão pública deve ser uma das grandes prioridades dos órgãos, oferecendo bons serviços públicos e qualidade no atendimento populacional. Até porque, entre os fatores que demonstram a importância da capacitação estão a complexidade das funções e as atualizações sociais constantes, assim como a própria cobrança social dos serviços prestados. Por esse motivo, ao proporcionar a capacitação de um profissional acerca de suas funções, o serviço público também é aperfeiçoado.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

Processo Administrativo de Licitação 001/2024
Dispensa Inexigibilidade 001//2024

3.1. ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO

- 3.1.1. Terça-Feira: 23/01/2024 - 14h às 17hs - Credenciamento e entrega de materiais.
- 3.1.2. Quarta-Feira: 24/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo I - Vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nº. 101/2000) no Último Ano de Mandato do Prefeito; Das Espécies de Vedações Da LRF; Ordenar, Autorizar ou Executar Ato que Acarrete Aumento de Despesa Total com Pessoal, nos Cento e Oitenta Dias Anteriores ao Final do Mandato ou da Legislatura - 14hs às 17hs - Consultorias Individuais. (Facultativo, mediante agendamento).
- 3.1.3. Quinta-Feira: 25/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo II - Vedações das Contratações Previstas no Art. 42 Da LRF; Condutas Vedadas pela Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) em Ano de Eleições; Quem Pode Incorrer na Prática das Condutas Vedadas Segundo a Lei Eleitoral (Lei 9.504/97); Despesas de Publicidade e Propaganda; Distribuição Grátis de Bens, Valores ou Benefícios - 14hs às 17hs - Consultorias Individuais. (Facultativo, mediante agendamento).
- 3.1.4. Sexta-Feira: 26/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo III - Execução de Programas Sociais por Entidades Nominalmente Vinculadas a Candidato ou por Esse Mantida; Abuso de Autoridade e Violação aos Princípios da Impessoalidade e Publicidade Institucional; Contratação de Shows Artísticos para Inaugurações de Obras Custeadas por Recursos Públicos; Comparecimento de Candidatos a Inaugurações de Obras Públicas -.
- 3.1.5. Palestrante: Dr. Eder Lima Palma (Advogado, Graduado em Direito pela Unisepe, Faculdade de São Lourenço – Minas Gerais, Pós-graduado em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Pós-graduado em Direito Eleitoral com capacitação para ensino no Magistério Superior e Pós-

graduado em Planejamento e orçamento Público. Coordenador Academico da Emprese Gêneses Capacitação em Gestão Pública e Instituto Global de Administração Pública. Palestrante com mais de 500 cursos ministrados na área de gestão pública.

4. PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 4.1 O contrato tem o valor global de R\$ 8010,00 (oito mil e dez reais).
- 4.2 Os valores devidos pela Câmara serão pagos, até após recebimento da NFe e entrega dos serviços mediante apresentação da respectiva fatura acompanhado dos demais documentos fiscais.

5. DO CONTRATO E DO PRAZO

- 5.1 O contratado regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei 14.133/21, observadas suas alterações posteriores e pelo preceito do direito público.
- 5.2 O contrato poderá, com base nos preceitos do direito público, ser rescindido pela Câmara Municipal de São Miguel do Anta/MG a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelações judiciais ou extrajudiciais, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.
- 5.3 Farão parte integralmente do contrato as condições previstas na proposta apresentada pela CONTRATADA.
- 5.4 A vigência contratual iniciar-se-á a partir da data de assinatura do presente e será finda quando da efetiva entrega de todo objeto contratado.

6. DA SOLICITAÇÃO E ENTREGA DOS PRODUTOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 6.1 O fornecimento dos serviços será solicitado mediante a apresentação da ordem de fornecimento.
- 6.2 Os serviços deverão ser entregues nos locais estipulados e ocorrerão por conta exclusiva do fornecedor bem como suas despesas.

- 6.3 Na hipótese de rejeição, por entrega dos serviços em desacordo com as especificações, a contratada deverá restituir o valor do objeto no prazo de 5 dias úteis.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

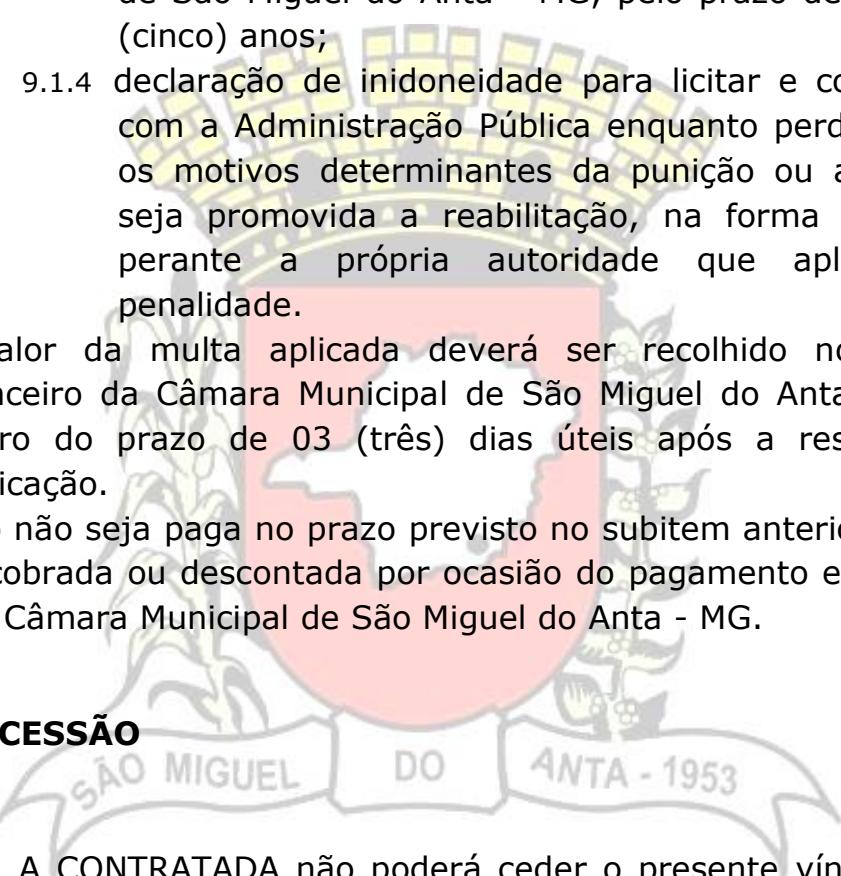
- 7.1 A CONTRATADA responderá civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou para terceiros, devendo entregar o objeto deste contrato de acordo com os termos pactuados, em estrita obediência à legislação vigente.
- 7.2 Fica a Contratada responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos à execução do objeto deste Contrato, inclusive despesas com materiais, transportes, fretes, mão-de-obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, secundários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão de avença.
- 7.3 Deve a Contratada manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1 Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do Contrato.
- 8.2 Efetuar pontualmente os pagamentos decorrentes do contrato.
- 8.3 Fiscalizar a execução do contrato.

9. DAS PENALIDADES

- 9.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento contratual, a Câmara Municipal de São Miguel do Anta-MG poderá, garantida a prévia defesa da contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

- 
- 9.1.1 advertência por escrito, quando a contratada deixar de atender determinações necessárias a regularização de faltas ou defeitos concernentes a entrega dos bens, a critério da administração da Câmara Municipal de São Miguel do Anta - MG;
 - 9.1.2 multa compensatória no percentual de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor estimado do contrato;
 - 9.1.3 suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de São Miguel do Anta - MG, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
 - 9.1.4 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.2 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no setor financeiro da Câmara Municipal de São Miguel do Anta - MG, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis após a respectiva notificação.
- 9.3 Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, será ela cobrada ou descontada por ocasião do pagamento efetuado pela Câmara Municipal de São Miguel do Anta - MG.

10. DA CESSÃO

- 10.1 A CONTRATADA não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto para outra empresa, no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, além de construir infração passível de penalidade.

11. DO FORO

- 11.1 As questões oriundas deste contrato serão dirimidas no Foro da Comarca de Viçosa/MG.

São Miguel do Anta - MG , 18 dias do mês de janeiro de 2024.

Processo Administrativo de Licitação 001/2024
Dispensa Inexigibilidade 001//2024



EXMO.SR. Nilton César do Carmo

Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Anta - Minas Gerais.

Vimos por meio deste, solicitar de Vossa Senhoria que sejam tomadas providências no sentido de AUTORIZAR a Contratação de curso com a Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para treinamento de xx (xx) participantes, no curso cujo tema é ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO, nos dias 23, 24, 25 e 26 de janeiro de 2024, na cidade de Belo Horizonte – MG, o qual abordará os seguintes assuntos:

Processo Administrativo de Licitação 001/2024
Dispensa Inexigibilidade 001//2024

TEMA DO CURSO

Terça-Feira: 23/01/2024 - 14h às 17hs - Credenciamento e entrega de materiais.

Quarta-Feira: 24/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo I - 24/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo I - Vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nº. 101/2000) no Último Ano de Mandato do Prefeito; Das Espécies de Vedações Da LRF; Ordenar, Autorizar ou Executar Ato que Acarrete Aumento de Despesa Total com Pessoal, nos Cento e Oitenta Dias Anteriores ao Final do Mandato ou da Legislatura - 14hs às 17hs - Consultorias Individuais. (Facultativo, mediante agendamento).

Quinta-Feira: 25/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo II - Vedações das Contratações Previstas no Art. 42 Da LRF; Condutas Vedadas pela Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) em Ano de Eleições; Quem Pode Incorrer na Prática das Condutas Vedadas Segundo a Lei Eleitoral (Lei 9.504/97); Despesas de Publicidade e Propaganda; Distribuição Gratuita de Bens, Valores ou Benefícios - 14hs às 17hs - Consultorias Individuais. (Facultativo, mediante agendamento).

Sexta-Feira: 26/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo III - Execução de Programas Sociais por Entidades Nominalmente Vinculadas a Candidato ou por Esse Mantida; Abuso de Autoridade e Violação aos Princípios da Impessoalidade e Publicidade Institucional; Contratação de Shows Artísticos para Inaugurações de Obras Custeadas por Recursos Públicos; Comparecimento de Candidatos a Inaugurações de Obras Públicas.

Palestrante: Dr. Eder Lima Palma (Advogado, Graduado em Direito pela Unisepe, Faculdade de São Lourenço – Minas Gerais, Pós-graduado em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Pós-graduado em Direito Eleitoral com capacitação para ensino no Magistério Superior e Pós-graduado em Planejamento e orçamento Público. Coordenador Acadêmico da Emprese Gêneses Capacitação em Gestão Pública e Insttituto Global de Administração Pública. Palestrante com mais de 500 cursos ministrados na área de gestão pública.

JUSTIFICATIVA:

Necessidade de capacitação e atualização de conhecimentos para exercício de suas funções. A capacitação de servidores e vereadores para a gestão pública deve ser uma das grandes prioridades dos órgãos, oferecendo bons serviços públicos e qualidade no atendimento populacional. Até porque, entre os fatores que demonstram a importância da capacitação estão a complexidade das funções e as atualizações sociais constantes, assim como a própria cobrança social dos serviços prestados. Por esse motivo, ao

proporcionar a capacitação de um profissional acerca de suas funções, o serviço público também é aperfeiçoado.

PARTICIPANTES:

Vereador Presidente Nilton César do Carmo

Vereador Odair José de Paula

Vereador Ronaldo Pinto Fontes

Vereador Geraldo Elias do Carmo Lima

Vereadora Natália Soares Miranda

Vereador Vicente Afonso de Freitas

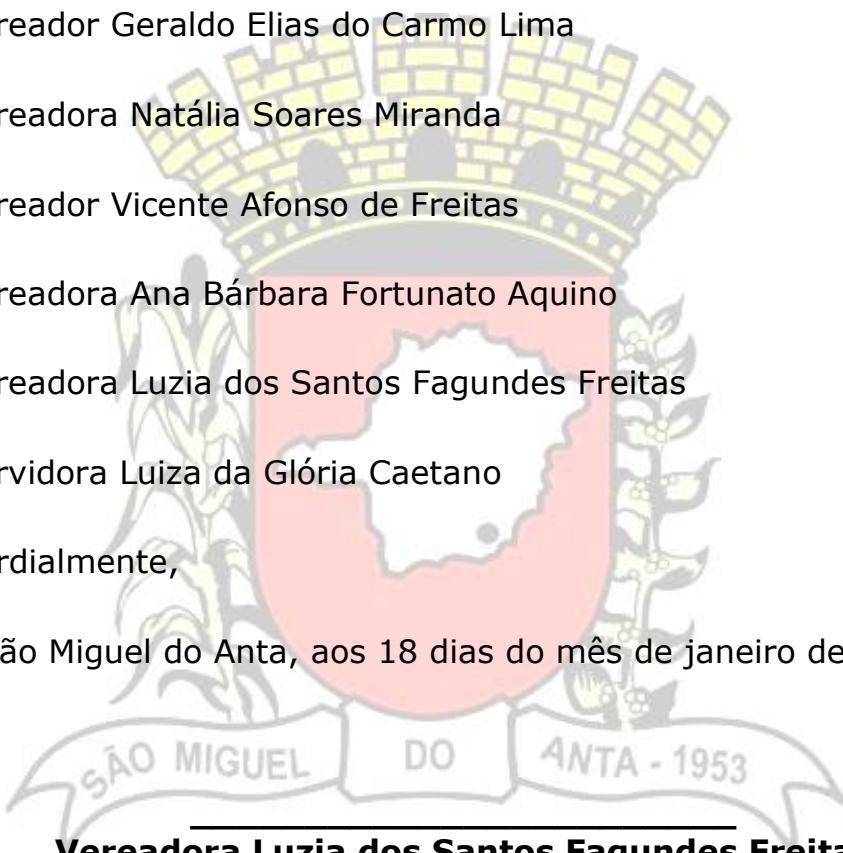
Vereadora Ana Bárbara Fortunato Aquino

Vereadora Luzia dos Santos Fagundes Freitas

Servidora Luiza da Glória Caetano

Cordialmente,

São Miguel do Anta, aos 18 dias do mês de janeiro de 2024.



**Vereadora Luzia dos Santos Fagundes Freitas
Presidente da Comissão de Licitação**

**Vereadora Marilene Resende de Oliveira
Vice-presidente da Comissão de Licitação**

**Vereadora Ana Bárbara Fortunato Aquino
Relatora da Comissão de Licitação**

**Servidora Renata Miranda Costa
Agente Contratação – Comissão de Licitação**

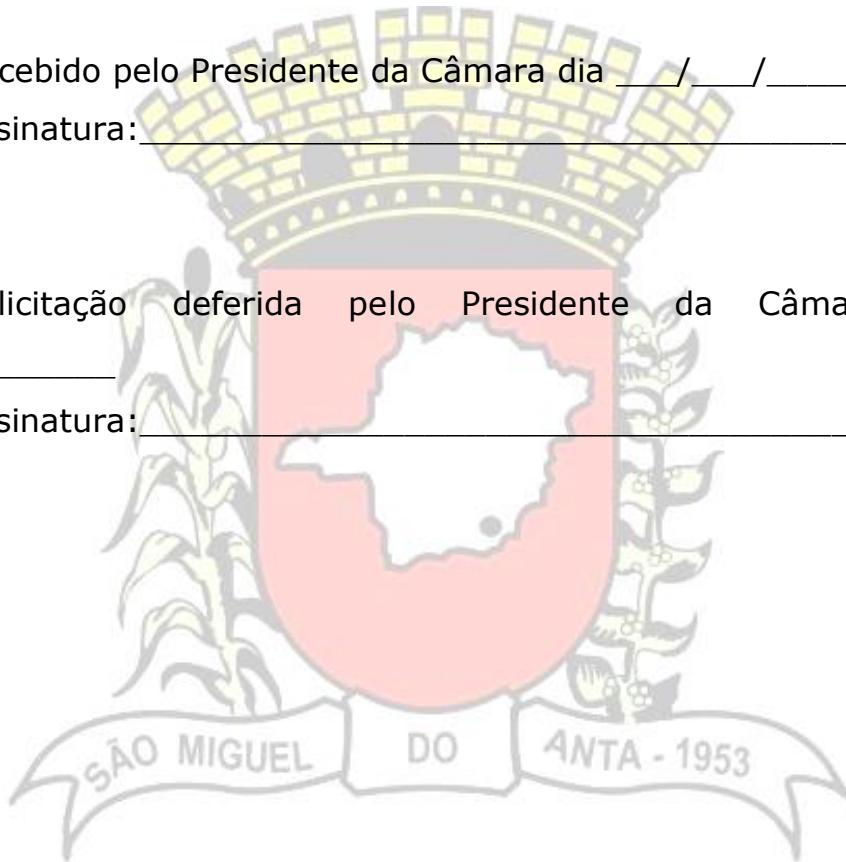
Recebido pelo Presidente da Câmara dia ____/____/_____.

Assinatura: _____

Solicitação deferida pelo Presidente da Câmara dia

____/____/_____

Assinatura: _____



DESPACHO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo de Licitação 001/2024
Dispensa Inexigibilidade 001//2024

Aos 18 dias do mês de janeiro de 2024, foi requisitada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Anta/MG, a Contratação de curso com a Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para treinamento de 09 (nove) participantes, no curso cujo tema é "ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO, nos dias 23, 24, 25 e 26 de janeiro de 2024, na cidade de Belo Horizonte – MG.

No mesmo dia foi autuado por este Agente de Contratação para iniciar a referida contratação.

Posto, isso, encaminhamos ofício à assessoria jurídica pedindo indicação de qual modalidade a ser tomada no Processo Licitatório e à assessoria de contabilidade da Casa para informar a disponibilidade orçamentária e da existência de recursos financeiros, bem como, as exigências previstas no Art. 16, incisos I e II LC-101/2000.

Após respostas, seja o processo retornado a esse agente, para prosseguimento.

São Miguel do Anta, 18 dias do mês de janeiro de 2024.

**Renata Miranda Costa
Agente de Contratação**

Senhor Edney Viana Dorneles.
Prezado Contador da Câmara Municipal de São Miguel do Anta,
Estado de Minas Gerais.

Senhor,

Solicito de Vossa Senhoria, que informe a dotação orçamentária existente no orçamento vigente para que possamos dar seguimento aos demais trâmites procedimentais para Contratação de curso com a Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para treinamento de 09 (nove) participantes, no curso cujo tema é “ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO, nos dias 23, 24, 25 e 26 de janeiro de 2024, na cidade de Belo Horizonte – MG, bem como, manifestar-se sobre as exigências previstas no Art. 16, incisos I e II LC-101/2000.

São Miguel do Anta, 18 dias do mês de janeiro de 2024.

**Renata Miranda Costa
Agente de Contratação**

Sr. Geraldo Elias do Carmo Lima
Tesoureiro da Câmara Municipal de São Miguel do Anta, Estado
de Minas Gerais.

Solicito de Vossa Senhoria, informação sobre a existência de disponibilidade recursos financeiros, para que possamos dar seguimento aos demais trâmites procedimentais para Contratação de curso com a Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para treinamento de 09 (nove) participantes, no curso cujo tema é "ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO, nos dias 23, 24, 25 e 26 de janeiro de 2024, na cidade de Belo Horizonte – MG, bom como, manifestar-se sobre as exigências previstas no Art. 16, inciso II LC-101/2000.

São Miguel do Anta, 18 dias do mês de janeiro de 2024.

Renata Miranda Costa
Agente de Contratação

Senhora Luiza da Glória Caetano.

Prezada Assessora Jurídica da Câmara Municipal de São Miguel do Anta, Estado de Minas Gerais.

Solicito de Vossa Senhoria, parecer jurídico no que se diz respeito a necessidade de abertura de processo licitatório ou não para Contratação de curso com a Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para treinamento de 09 (nove) participantes, no curso cujo tema é "ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO, nos dias 23, 24, 25 e 26 de janeiro de 2024, na cidade de Belo Horizonte - MG. Segue anexo Termo de Referência e cotação de mercado.

São Miguel do Anta, 18 dias do mês de janeiro de 2024.

Renata Miranda Costa
Agente de Contratação

PARECER JURÍDICO

ARTIGO 74, INCISO III, ALÍNEA f, E ARTIGO 6º, INCISO XVIII, ALÍNEA f DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES

Exma. Sra. Renata Miranda Costa
Agente de Contratação da Câmara Municipal de São Miguel do Anta.

Acuso recebimento do pedido de manifestação deste jurídico sobre a necessidade ou não de abertura de processo de licitação para Contratação de curso com a Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para treinamento de 09 (nove) participantes, no curso cujo tema é "ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO, nos dias 23, 24, 25 e 26 de janeiro de 2024, na cidade de Belo Horizonte – MG.

Os órgãos públicos devem cumprir os princípios básicos aplicáveis à Administração Pública, em especial, aqueles constantes do art. 37, caput, da Carta Magna:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência..."

E como se pode ver, dentre eles está o princípio da eficiência, inserido pela Emenda Constitucional nº 19 (reforma administrativa), como exigência a todos os órgãos públicos, para que prestem bons

serviços à população, com competência, para gerar a eficácia na atuação do Estado.

É que toda a estrutura montada para a oferta dos serviços públicos é bancada pelo povo, através dos impostos que ele paga.

Por essa razão, o povo merece ser tratado com respeito e eficiência...!

No entanto, para que um agente público ofereça um serviço de qualidade, este agente precisa ser capacitado para sua incumbência.

Pensando assim, a Reforma Administrativa de 1998, inseriu novas regras ao art. 39 da Constituição Federal, para obrigar que no âmbito da Administração Pública, nos três poderes, os servidores (e por extensão, os agentes públicos) devam ser capacitados, com recursos disponibilizados pelo respectivo órgão.

Essa previsão está nos parágrafos 2º e 7º, do art. 39, que determinam o seguinte:

Art. 39... ...

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.”

Da leitura do §2º, pode-se verificar que, a despeito da obrigatoriedade de criação das Escolas de Governo não incidir sobre os municípios (até porque a maioria é de pequeno porte), facultou-se a extensão aos demais entes...

Todavia, o §7º inclui o Município entre os entes da federação obrigados a investir na capacitação e treinamento de seus agentes.

Inexigibilidade de Licitação (Fundamentação):

Os cursos disponibilizados pela “**INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**” podem ser adquiridos pelos Municípios por processo de Inexigibilidade de Licitação, haja vista que o gasto se enquadra na previsão do art. 74, III, f, combinado com o art. 6º, XVIII, f, da Lei 14.133/21.

O TCU (Tribunal de Contas da União) já decidiu reiteradas vezes, que a despesa com a participação de agentes públicos em cursos de capacitação não exige licitação, conforme processo TCU - DC-0439-27/98-P e publicação DOU de 05.02.2010, S. 1, p. 99., em razão da inviabilidade de competição e na presença dos requisitos caracterizadores: serviço técnico especializado, natureza singular do serviço e notória especialização da contratada.

Quanto aos cursos promovidos pelo “**INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**”, é de se considerar o seguinte:

- Serviço técnico especializado: cada curso é composto por orientações peculiares no âmbito da Gestão Pública Municipal, abrangendo áreas específicas, voltadas para a capacitação de agentes públicos municipais; não são cursos que interessam à iniciativa privada, mas só e unicamente ao meio público; não interessam aos outros entes da federação, mas só e unicamente aos agentes públicos municipais;
- Natureza singular: não existe outro curso igual; inexiste outro professor igual; tanto o conteúdo programático, quanto a metodologia e didática, são únicos; e
- Notória especialização da contratada: o “**INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**” atua especificamente na capacitação e treinamento de agentes municipais, há vários anos, com extensa carga, como se pode visualizar em seu site; possui corpo docente com qualificação e experiência prática na respectiva área ministrada; já atendeu mais da metade dos municípios de Minas Gerais e de vários outros Estados.

Valendo complementar ainda que a Advocacia Geral da União (AGU) expediu a Orientação Normativa/AGU nº 18, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 14), manifestando-se pela Inexigibilidade na aquisição de inscrições para cursos técnicos, indicando os procedimentos cabíveis.

As cautelas legais devem estar presentes em todos os atos e ações do Poder Público.

Ressaltando que este é outro item de suma importância na análise da questão: adesão!

Por regra, o órgão público não promove cursos, mas, sim, adere aos cursos que o **"INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA"** disponibiliza para todos os clientes em potencial.

Assim, deverá haver um contrato de adesão, o que fortalece ainda mais a concepção de inexigibilidade licitatória.

Do Preço:

O quantum cobrado pela inscrição em cursos promovidos pelo **"INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA"** está em patamares aceitáveis e foi devidamente comprovado mediante apresentação de notas fiscais de prestação de serviços para outros órgãos públicos em acordo com o exigido no art. 23 §4º da Lei 14.133/21.

Ademais, há de se considerar que, segundo os próprios servidores e vereadores, tanto a programação quanto a realização dos cursos, atendem as expectativas, pela alta qualidade do produto (temas, espaço físico, atendimento, metodologia, didática, material de apoio, conhecimento repassado) e das ferramentas tecnológicas.

Diante do exposto, poderá o Legislativo contratar o curso com a Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para treinamento de 09 (nove) participantes, no curso cujo tema é "ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO, nos dias 23, 24, 25 e 26 de janeiro de 2024, na cidade de Belo Horizonte

– MG, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com base no art. 74, III, f, combinado com o art. 6º, XVIII, f, da Lei 14.133/21.

e suas posteriores alterações, devendo ainda ser publicada para que produza jurídicos e legais efeitos.

São Miguel do Anta, 19 dias do mês de janeiro de 2024.

ASSESSOR JURÍDICO
Luiza da Glória Caetano
OAB/MG 212122



INFORMAÇÕES ORÇAMENTARIAS E FINANCEIRAS

Para: Renata Miranda Costa

Agente de Contratação
Câmara Municipal de São Miguel do Anta-MG

Em atendimento a solicitação, informo que EXISTE Crédito Orçamentário para cobertura da despesa de licitação em causa, classificando-se na dotação abaixo, bem como não havendo impacto orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, dispensando-se a estimativa prevista no artigo 16, inciso I, da LC – 101/2000.

MANUT. GABINETE LEGISLATIVO

Processo Administrativo de Licitação 001/2024
Dispensa Inexigibilidade 001//2024

Dotação: 01.01.01.01.031.01000.4.002.339039

CURSOS

E

TREINAMENTOS

Dotação: 01.01.01.01.031.01000.4.002.339039

São Miguel do Anta, 19 dias do mês de janeiro de 2024.



Para: Renata Miranda Costa

Agente de Contratação
Câmara Municipal de São Miguel do Anta - MG

A vista de informações supra e de acordo com a instrução processual, e ainda, face à programação desta Câmara Municipal, informamos que EXISTE disponibilidade financeira para a despesa prevista e que o pagamento da efetiva contratação terá um prazo de cinco dias após a entrega da nota fiscal para realização do mesmo.

Além do mais, DECLARO que a despesa, do presente processo, tem adequação orçamentária e financeira com a lei Orçamentária

anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

São Miguel do Anta, 19 dias do mês de janeiro de 2024.



Exmo. Sr. Nilton César do Carmo
Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Anta
Estado de Minas Gerais

Solicito de V.Exa. Autorização para dar prosseguimento na Contratação por inexigibilidade de Licitação referente à Contratação de curso com a Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE**

Processo Administrativo de Licitação 001/2024
Dispensa Inexigibilidade 001//2024

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, para treinamento de 09 (nove) participantes, no curso cujo tema é "ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO, nos dias 23, 24, 25 e 26 de janeiro de 2024, na cidade de Belo Horizonte – MG, na forma recomendada pela Assessoria Jurídica desta Casa.

Segue anexo Parecer Jurídico.

Cordialmente,

São Miguel do Anta, 19 dias do mês de janeiro de 2024.



DESPACHO

Defiro abertura da inexigibilidade de Licitação como requerida e recomendada, condicionando-se à existência de Crédito

Orçamentário e disponibilidade financeira para ocorrer às despesas, na forma da Lei.

São Miguel do Anta, 19 dias do mês de janeiro de 2024.



TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2024

Processo Administrativo de Licitação 001/2024
Dispensa Inexigibilidade 001//2024

O Agente de Contratação da Câmara Municipal de São Miguel do Anta/MG, nomeado(a) pela Portaria 01/2024, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o Artigo 74, III, f, combinado com o art. 6º, XVIII, f, da Lei 14.133/21;

CONSIDERANDO que o processo se encontra devidamente formalizado e autorizado pelo Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Anta;

CONSIDERANDO que há disponibilidade orçamentária e financeira em conta sintética nas dotações sob os números:

01.01.01.01.031.0100.4.002.339039 - MANUT. GABINETE LEGISLATIVO

01.01.01.01.031.0100.4.002.339039 / FICHA 0010 - CURSOS E TREINAMENTOS

CONSIDERANDO que não há necessidade de cotação de outras empresas pois se trata no caso de processo administrativo de inexigibilidade de licitação;

CONSIDERANDO que o preço é compatível com o valor de mercado e foi comprovado mediante a apresentação de três notas fiscais, que o contratado pratica o mesmo valor para outros órgãos públicos.

CONSIDERANDO que este treinamento será ofertado por profissionais de notória especialização;

CONSIDERANDO que foi observado todo o previsto no Art. 5º da Lei Federal nº 14.133/21.

Esse Agente de Contratação, salvo melhor e superior juízo, pelo reconhecimento da situação de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** sob nº 01/2024, objetivando a contratação de curso com a empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, CNPJ: 52.835.850/0001-03, cujo tema é: "ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO, nos dias 23, 24, 25, 26 de janeiro de 2024, na cidade de Belo Horizonte – MG.

São Miguel do Anta, 19 dias do mês de janeiro de 2024

**Renata Miranda Costa
Agente de Contratação**



TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Acatando o julgamento e atos processuais do Agente de Contratação da Câmara Municipal de São Miguel do Anta, Estado de Minas Gerais e examinando as propostas indicadas na presente inexigibilidade de Licitação, relativa ao Processo de Contratação de nº 02/2024, Inexigibilidade de Licitação nº 01/2024, opino pela **ADJUDICAÇÃO** da Contratação da Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, CNPJ: 52.835.850/0001-03.

O presente Processo licitatório transcorreu de forma normal, não havendo interposição de recurso e de conformidade com a legislação pertinente.

São Miguel do Anta, 22 dias do mês de janeiro
de 2024.

**Vereador Nilton César do Carmo
Presidente da Câmara Municipal
São Miguel do Anta – MG**

TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO Nº01/2024 INEXIGIBILIDADE Nº 01/2024

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado,

CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** em conformidade ao disposto no art. 74, III, f, combinado com o art. 6º, XVIII, f, da Lei 14.133/21;

CONSIDERANDO que o Agente de Contratação atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 8º da Lei de Licitações,

RATIFICO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO do PROCEDIMENTO nº 01/2024.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação, conforme abaixo descrito:

Contratação de curso com a Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para treinamento de 09 (nove) participantes, no curso cujo tema é "ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO, nos dias 23, 24, 25 e 26 de janeiro de 2024, na cidade de Belo Horizonte – MG,

Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**,
CNPJ: 52.835.850/0001-03

Valor Total R\$ 8010,00 (oito mil e dez reais)

Fundamento Legal Artigo. 74, III, f, combinado com o art. 6º, XVIII, f, da Lei 14.133/21;

Justificativa Anexa nos autos do processo de inexigibilidade de licitação nº 01/2024.

DOTAÇÃO:

MANUT. GABINETE LEGISLATIVO

Dotação: 01.01.01.01.031.0100.4.002.339039

CURSOS

E

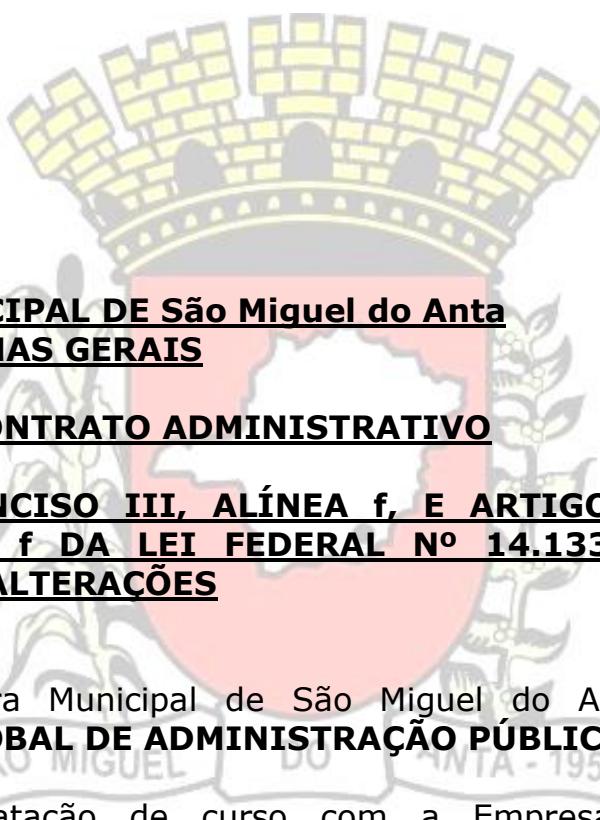
TREINAMENTOS

Dotação: 01.01.01.01.031.0100.4.002.339039 / FICHA 010

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 176 da Lei Federal nº 14.133/21, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

São Miguel do Anta, 22 dias do mês de janeiro de 2024.

**Vereador Nilton César do Carmo
Presidente da Câmara Municipal
São Miguel do Anta – MG**



**CÂMARA MUNICIPAL DE São Miguel do Anta
ESTADO DE MINAS GERAIS**

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

ARTIGO 74, INCISO III, ALÍNEA f, E ARTIGO 6º, INCISO XVIII, ALÍNEA f DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES

PARTES: Câmara Municipal de São Miguel do Anta/ **Empresa INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

OBJETO: Contratação de curso com a Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para treinamento de 09 (nove) participantes, no curso cujo tema é "ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO, nos dias 23, 24, 25 e 26 de janeiro de 2024, na cidade de Belo Horizonte – MG.

DATA: 22 dias do mês de janeiro de 2024.

VIGÊNCIA: Data da assinatura do contrato até 26 de janeiro de 2024.

VALOR GLOBAL: R\$ 8010,00 (oito mil e dez reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO:

MANUT. GABINETE LEGISLATIVO

Dotação: 01.01.01.01.031.0100.4.002.339039

CURSOS

E

TREINAMENTOS

Dotação: 01.01.01.01.031.0100.4.002.339039 / FICHA 010

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 01/2024**

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A CÂMARA
MUNICIPAL DE São Miguel do
Anta/MG, E A EMPRESA
INSTITUTO GLOBAL DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 07165941/0001-24, com a sede na Rua José Pereira Lelis, Centro, São Miguel do Anta/MG, CEP nº 36590-000, aqui representada pelo seu Presidente o, Sr. Vereador Nilton César do Carmo, denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, inscrita no CNPJ Nº 52.835.850/0001-03, com sede na Rua Aluísio Rocha, nº 209, Apt. 902, Bairro Buritis, cidade de Belo horizonte/MG, CEP: 30575-260, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato decorrente do *Processo de Contratação 01/2024, Inexigibilidade de Licitação nº 01/2024*, que reger-se-á, pelo disposto na Lei Federal 14.133/21 e suas modificações posteriores, bem como pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. Do Objeto:

Contratação de curso com a Empresa **INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para treinamento de 09 (nove) participantes, no curso cujo tema é "ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO, nos dias 23, 24, 25 e 26 de janeiro de 2024, na cidade de Belo Horizonte – MG,

2. DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

2.1 ORIENTAÇÕES PARA O INÍCIO DA SESSÃO LEGISLATIVA E AS VEDAÇÕES DA LEI ELEITORAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO

2.1.1 Terça-Feira: 23/01/2024 - 14h às 17hs - Credenciamento e entrega de materiais.

2.1.2 Quarta-Feira: 24/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo I - - Vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nº. 101/2000) no Último Ano de Mandato do Prefeito; Das Espécies de Vedações Da LRF; Ordenar, Autorizar ou Executar Ato que Acarrete Aumento de Despesa Total com Pessoal, nos Cento e Oitenta Dias Anteriores ao Final do Mandato ou da Legislatura - 14hs às 17hs - Consultorias Individuais. (Facultativo, mediante agendamento).

2.1.3 Quinta-Feira: 25/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo II - Vedações as Contratações Previstas no Art. 42 Da LRF; Condutas Vedadas pela Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) em Ano de Eleições; Quem Pode Incorrer na Prática das Condutas Vedadas Segundo a Lei Eleitoral (Lei 9.504/97); Despesas de Publicidade e Propaganda; Distribuição Gratuita de Bens, Valores ou Benefícios - 14hs às 17hs - Consultorias Individuais. (Facultativo, mediante agendamento).

2.1.4 Sexta-Feira: 26/01/2024 - 8hs às 12hs - Módulo III - Execução de Programas Sociais por Entidades Nominalmente Vinculadas a Candidato ou por Esse Mantida; Abuso de Autoridade e Violação aos Princípios da Impessoalidade e Publicidade Institucional; Contratação de Shows Artísticos para Inaugurações de Obras Custeadas por Recursos Públicos; Comparecimento de Candidatos a Inaugurações de Obras Públicas.

2.2 Palestrante: Dr. Eder Lima Palma

3. PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1 O contrato tem o valor global de R\$ 8010,00 (oito mil e dez reais).
- 3.2 Os valores devidos pela Câmara serão pagos, até após recebimento da NFe e entrega dos serviços mediante apresentação da respectiva fatura acompanhado dos demais documentos fiscais.

4. DO CONTRATO E DO PRAZO

- 4.1 O contratado regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei 14.133/21, observadas suas alterações posteriores e pelo preceito do direito público.
- 4.2 O contrato poderá, com base nos preceitos do direito público, ser rescindido pela Câmara Municipal de São Miguel do Anta/MG a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelações judiciais ou extrajudiciais, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.
- 4.3 Farão parte integralmente do contrato as condições previstas na proposta apresentada pela CONTRATADA.
- 4.4 A vigência contratual iniciar-se-á a partir da data de assinatura do presente e será finda quando da efetiva entrega de todo objeto contratado.

5. DA SOLICITAÇÃO E ENTREGA DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 5.1 O fornecimento dos serviços será solicitado mediante a apresentação da ordem de fornecimento.
- 5.2 Os serviços deverão ser entregues nos locais estipulados e ocorrerão por conta exclusiva do fornecedor bem como suas despesas.
- 5.3 Na hipótese de rejeição, por entrega dos serviços em desacordo com as especificações, a contratada deverá restituir o valor do objeto no prazo de 5 dias úteis.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 A CONTRATADA responderá civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou para terceiros, devendo entregar o objeto deste contrato de acordo com os termos pactuados, em estrita obediência à legislação vigente.
- 6.2 Fica a Contratada responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos à execução dos objetos deste Contrato, inclusive despesas com materiais, transportes, fretes, mão-de-obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, secundários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão de avença.
- 6.3 Deve a Contratada manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do Contrato.
- 7.2 Efetuar pontualmente os pagamentos decorrentes do contrato.
- 7.3 Fiscalizar a execução do contrato.

8. DAS PENALIDADES

- 8.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento contratual, a Câmara Municipal de São Miguel do Anta - MG poderá, garantida a prévia defesa da contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:
 - 8.1.1 advertência por escrito, quando a contratada deixar de atender determinações necessárias a regularização de faltas ou defeitos concernentes a entrega dos bens, a critério da administração da Câmara Municipal de São Miguel do Anta-MG;
 - 8.1.2 multa compensatória no percentual de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor estimado do contrato;
 - 8.1.3 suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de São Miguel do Anta-MG, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

- 8.1.4 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 8.2 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no setor financeiro da Câmara Municipal de São Miguel do Anta - MG, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis após a respectiva notificação.
- 8.3 Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, será ela cobrada ou descontada por ocasião do pagamento efetuado pela Câmara Municipal de São Miguel do Anta - MG.

9. DA CESSÃO

- 9.1 A CONTRATADA não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto para outra empresa, no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, além de construir infração passível de penalidade.

10. DOTAÇÃO

DOTAÇÃO:

MANUT. GABINETE LEGISLATIVO

Dotação: 01.01.01.01.031.0100.4.002.339039

CURSOS

E

TREINAMENTOS

Dotação: 01.01.01.01.031.0100.4.002.339039 / FICHA 010

11. DO FORO

- 11.1 As questões oriundas deste contrato serão dirimidas no Foro da Comarca de Viçosa/MG

São Miguel do Anta- MG, 22 dias do mês de janeiro de 2024.

**Nilton César do Carmo
Presidente da Câmara Municipal
de São Miguel do Anta/MG**

**Danielle Cristina Coli Palma
INSTITUTO GLOBAL DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA**

Testemunha 01:
Ass:_____

Testemunha 02:
Ass:_____

RG/CPF:_____

RG/CPF:_____

